



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

PROCURADORIA GERAL  
DO MUNICÍPIO



**Processo: 33.407/2025**

**Requerente: RODRIGO FURLANETTO ROSSI - ME**

**Assunto: Recurso - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 90.083/2025 - Processo Licitatório n. 7.581/2025**

À Ilma. Sra. Dra. Subprocuradora de Licitações e Contratos,

## **I - RELATÓRIO**

Trata-se de recurso apresentado pela empresa RODRIGO FURLANETTO ROSSI - ME em face da decisão que habilitou a licitante BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA no bojo do Pregão Eletrônico nº 90.083/2025.

O referido certame teve como objeto a contratação de empresa especializada para prestar serviços de guarda e atendimento médico veterinário, com microchipagem, de animais de médio e grande porte, dentro dos limites do Município de Nova Friburgo.

Em suma, a requerente alega em sua peça de impugnação (fls. 04/14) a inidoneidade e a genericidade do Atestado de Capacidade Técnica apresentado, a inadequação do objeto social da recorrida com o objeto licitado, requerendo, por fim, a declaração de sua inabilitação.

A Comissão Permanente de Pregão III, em manifestação de fls. 15/18, limitou-se à remessa dos autos à Secretaria Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal.

Às fls. 19/20 consta a manifestação da Secretaria Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal, opinando pelo não provimento do recurso.

Frisa-se que, apesar da menção nos autos à apresentação de contrarrazões pela recorrida, esta Procuradoria-Geral não localizou sua juntada, realizando a análise apenas com os documentos então disponibilizados.



É o relatório.

## II - DO MÉRITO

Preliminarmente, verifica-se que o recurso apresentado é tempestivo, em conformidade com a manifestação da Comissão Permanente de Pregão III, que recebeu o presente recurso.

No mérito, passa-se às seguintes considerações.

Em matéria de recurso administrativo, dispõe o art. 165 da Lei n. 14.133/2021:

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação;
- e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

[...]

§ 2º O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo **será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior**, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.”  
(sem grifos no original)

Ou seja, o recurso deverá ser dirigido à autoridade competente (que nomeou o pregoeiro), por intermédio de quem praticou o ato recorrido (pregoeiro). Portanto, o pregoeiro, ao receber o recurso e sendo o mesmo conhecido, poderá julgá-lo procedente -



ocasião na qual irá alterar a sua decisão, exercendo o juízo de retratação - ou improcedente - quando irá manter sua decisão, fundamentando-a, devendo, neste caso, remetê-lo à autoridade superior, devidamente informado, no prazo de cinco dias.

Portanto, cabe ao pregoeiro receber, analisar e decidir os recursos e cabe à autoridade superior competente decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.

Em pesquisa acerca da matéria, depreende-se que a autoridade que designou o pregoeiro é que detém competência para julgar o mérito dos recursos interpostos, que, no caso em tela, é a **Secretaria Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal**, motivo pelo qual a esta especializada cabe apenas opinar juridicamente acerca do recurso.

Isso porque as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, modalidade, requisitos e avaliação do preço estimado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais que melhor se adequam ao objeto licitado, bastando que estejam dentro da legalidade.

Por sua vez, o subitem 19.5 do edital assim dispõe:

“19.5 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual decidirá de forma fundamentada, após a manifestação motivada do pregoeiro, e da Procuradoria Geral Municipal, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.”.

No caso em exame, conforme narrado no relatório, verifica-se que o Pregoeiro recebeu o recurso, eis que preenchidos os requisitos de admissibilidade, encaminhando os autos à Secretaria Municipal de Bem-Estar e Proteção Animal para pronunciamento de ordem técnica.



Por certo, o presente parecer abordará tão somente às questões eminentemente jurídicas, dentro das atribuições inerentes a esta Procuradoria-Geral do Município.

**a) Da inadequação do Atestado de Capacidade Técnica em relação ao objeto licitado/da falta de expertise**

Alega a recorrente, em síntese, questões atreladas à qualificação técnico-operacional da recorrida, aduzindo a inidoneidade do Atestado de Capacidade Técnica apresentado, bem como sua generalidade.

Acerca da qualificação técnica, a Lei n. 14.133/2021 assim dispõe em seu art. 67:

Art. 67. A documentação relativa à **qualificação técnico-profissional e técnico-operacional** será restrita a:

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II - **certidões ou atestados**, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, **que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior**, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;

III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;

VI - declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.



§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

**§ 3º Salvo na contratação de obras e serviços de engenharia, as exigências a que se referem os incisos I e II do caput deste artigo, a critério da Administração, poderão ser substituídas por outra prove que o profissional ou a empresa possui conhecimento técnico e experiência prática na execução de serviço de características semelhantes**, hipótese em que as provas alternativas aceitáveis deverão ser previstas em regulamento.

[...]

Na forma do item 4 do edital, que trata das condições de participação no certame, poderão participar as empresas que estejam legalmente estabelecidas e explorem ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, devendo tal fato ser comprovado mediante exame dos atos constitutivos da empresa, cuja análise incumbe exclusivamente à Comissão de Pregão.

Nesse sentido, o item 18 do Edital de licitação, que dispõe acerca da qualificação técnica, aduz que os licitantes deverão comprová-la por meio de:

18.1 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

18.2 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

18.2.1 – Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

18.2.2 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

18.2.3 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, **quando solicitado pela administração**, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da



contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

18.2.4 - Registro ou inscrição do médico veterinário integrante da equipe mínima, no Conselho Regional de Medicina Veterinária - CRMV, em plena validade.

18.2.5- Indicação do profissional como responsável pelos serviços.

Portanto, para fins de habilitação jurídica nas licitações, é necessário que haja compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas no contrato social das empresas licitantes.

A Lei 14.133/2021 não exige que o documento constitutivo preveja expressamente que o licitante se dedique especificamente à atividade correspondente ao objeto da licitação, ou seja, não cabe exigir das empresas licitantes um objeto social idêntico ao objeto do certame.

Verifica-se, inclusive, que na forma do disposto no art. 66 da Lei n. 14.133/2021, os documentos alusivos à habilitação jurídica se limitam à comprovação de existência jurídica da pessoa:

“Art. 66. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele **limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada.**”

Portanto, as atividades desempenhadas pelas empresas licitantes devem guardar uma relação de *pertinência* com o objeto da licitação, sem que isso signifique, necessariamente, uma correspondência literal entre o objeto social e o objeto descrito no edital.

Assim, inexistente a exigibilidade de que a atividade específica, objeto da licitação, esteja expressamente prevista no contrato social das licitantes, cabendo à Administração tão somente aferir se as atividades dispostas nos documentos constitutivos da empresa são compatíveis, de maneira geral, com os serviços que pretende contratar.



O que não se admite é a participação de empresas atuantes em ramos completamente impertinentes, ou cuja natureza jurídica seja incompatível com a prestação dos serviços ou fornecimento de bens previstos no edital.

Este é o entendimento dos Tribunais de Contas:

“É obrigatória a compatibilidade entre a atividade empresarial do licitante e a pretensão contratual administrativa, com fundamento na proporcionalidade e na busca da proposta mais vantajosa, mas **não é válida a exigência de exatidão na correspondência entre o objeto da licitação e o objeto social da empresa licitante, com fulcro na competitividade**”. (TCE-MG - Denúncia nº 1047986/2021 – Primeira Câmara) .

“Entende-se que não há na Lei n. 8.666/1993 nem no ordenamento jurídico pátrio a exigência de que a descrição da atividade contida no ato constitutivo da empresa seja idêntica à descrita no edital de licitação e que, em prol do princípio da ampla concorrência, **basta que haja uma compatibilidade, ainda que genérica, do ramo de atividade desenvolvido pela empresa com o objeto licitado, para seja atendida a exigência de habilitação jurídica prevista na Lei n. 8.666/1993**”. (TCE-MG - Denúncia nº 1007909/2019. 1ª Câmara).

“Inexiste a exigibilidade legal de que a atividade específica, objeto da licitação, esteja expressamente prevista no contrato social das licitantes, **cabendo à Administração aferir se as atividades dispostas nos documentos constitutivos da empresa são compatíveis, de maneira geral, com os serviços licitados**”. (TCE-MG - Denúncia nº 1088799/2021. 1ª Câmara).

No mesmo sentido, o Tribunal de Contas da União entende que *“só considera viável a inabilitação de licitante cujo objeto social seja incompatível com o da licitação”* (Acórdão nº 487/2015 - Plenário e Acórdão nº 1021/2007 - Plenário).

Ademais, pelas orientações do TCU, uma empresa não poderá ser excluída do certame apenas por não ter o CNAE específico do objeto licitado na sua matriz social. Vejamos o que diz o Acórdão 1.203/2011 – Plenário:



“(…) A aferição da compatibilidade dos serviços a serem contratados pela Administração Pública com base unicamente nos dados da empresa licitante que constam no cadastro de atividades da Receita Federal não encontra previsão legal (…).

(…) a unidade técnica reputou como **indevido o impedimento de participação da licitante no certame, mesmo com esta trazendo em seu contrato social objetivo compatível com o objeto desejado** (transporte urbano de passageiros transporte urbano de cargas)”.

Com efeito, a Administração deve verificar apenas se as atividades desempenhadas pelos licitantes como dispostas em seus documentos constitutivos são compatíveis, em linha geral, com o objeto da licitação.

O licitante deve ser inabilitado apenas se houver incompatibilidade, não havendo necessidade de que o documento constitutivo disponha expressa e especificamente sobre o objeto da licitação.

Conforme ensinamentos de Marçal Justen Filho<sup>2</sup>:

“(…) se uma pessoa jurídica apresenta experiência adequada e suficiente para o desempenho de certa atividade, **a ausência de previsão expressa desta mesma atividade em seu contrato social não pode ser empecilho a sua habilitação**”.

Conclui-se, portanto, que o que deve ser avaliado pela Administração é se o particular atua na área do objeto licitado. **A existência de previsão, ainda que genérica, compatível com a atividade licitada, é suficiente para atender os requisitos de habilitação jurídica** impostos pela Lei de Licitações, que tem como um dos seus princípios basilares o da ampla concorrência.



Considerando que a análise dos documentos de habilitação e decisão cabem exclusivamente à Comissão de Pregão, na forma do já exposto no presente parecer, esta deve verificar a compatibilidade da atividade da recorrida com o objeto licitado.

## **b) Da genericidade do atestado**

Ainda acerca do Atestado de Capacidade Técnica apresentado pela recorrida, a recorrente alega a sua genericidade, informando que não contém elementos objetivos, notadamente: *a)* período de execução dos serviços; *b)* notas fiscais ou contratos que comprovem a efetiva realização; *c)* quantidade de animais capturados, tratados ou transportados; *d)* espécie ou porte dos animais efetivamente manejados.

Com efeito, conforme demonstrado anteriormente, o edital de licitação não traz a exigência, *s.m.j.*, das informações acima descritas, sendo essencial aquelas dispostas no item 18, que ora se reproduz:

18.1 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

18.2 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

18.2.1 – Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

18.2.2 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

18.2.3 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, **quando solicitado pela administração**, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

18.2.4 - Registro ou inscrição do médico veterinário integrante da equipe mínima, no Conselho Regional de Medicina Veterinária - CRMV, em plena validade.



#### 18.2.5- Indicação do profissional como responsável pelos serviços.

Nesse sentido, instada a se manifestar acerca das alegações, a Secretaria licitante apenas aduziu que:

1. Objeto social: o contrato social contempla CNAEs compatíveis com o objeto.
2. Atestados: foram apresentados em conformidade com o item 18.1 do edital.
3. Responsável técnico: consta ART válida e homologada.
4. Capacidade econômico-financeira: índices superiores a 1 e capital social compatível.
5. Estrutura e microchipagem: demonstradas nos documentos juntados. Conclui-se que não há irregularidades aptas a inabilitar a recorrida.

Importante salientar que a Secretaria deve justificar de forma pormenorizada suas decisões, ressaltando o que deve/não deve ser apresentado pelas empresas licitantes conforme disposição do edital de licitação.

De igual forma, considerando que cabe à Comissão de Pregão a análise dos documentos de habilitação e decisão, na forma do já exposto no presente parecer, esta deve verificar a compatibilidade das informações contidas no Atestado de Capacidade Técnica com os requisitos exigidos no Termo de Referência e no Edital de Licitação.

### III - CONCLUSÃO

Pelo exposto, **opina-se pela remessa dos autos à Comissão de Pregão III** para ciência do presente parecer, devendo ser observados os apontamentos elencados nos tópicos anteriores, aos quais remete à leitura para análise e verificação a fim de balizar a sua decisão, bem como a manifestação técnica da **Secretaria de Bem-Estar e Proteção Animal**.

Ressalte-se que o exame desta assessoria não comporta análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, considerando-se a delimitação legal de competência institucional deste órgão, restringindo-se o presente parecer aos aspectos



**NOVA  
FRIBURGO**  
P R E F E I T U R A

P R O C U R A D O R I A   G E R A L  
D O   M U N I C Í P I O



jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito administrativo, cuja atribuição é do administrador, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 26 de setembro de 2025.

Assinado por PAOLA WERMELINGER CAMARA 108.\*\*\*.\*\*\*.\*\*\*  
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo  
30/09/2025 08:22:21

**Paola Wermelinger Câmara**

**Analista Processual I**

**Subprocuradoria de Licitações e Contratos**

**Matrícula: 300.626**

Assinado por LAYNNE DE ANDRADE  
ALVES 057.\*\*\*.\*\*\*.\*\*\*  
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo  
29/09/2025 14:50:25  
Subprocuradora de Licitações e Contratos  
Matrícula: 63.736

#### REFERÊNCIAS

<sup>1</sup> Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Porto Alegre – 6ª Turma. Portal Fazenda do Governo Federal.

<sup>2</sup> Comentários à Lei de licitações e Contratos Administrativos. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 553.